

Estrutura e superestrutura na nova economia do projeto

Base and superstructure in the new projectment
economy

caio henrique cirillo*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.172.007>

Montagem



Gramsci (1891-1937) e Lênin (1870-1924), pensadores que aprofundaram o entendimento da relação estrutura-superestrutura

RESUMO

O presente trabalho analisa, pela perspectiva materialista, a nova economia do projetamento. Esta apresenta-se como a atual etapa do socialismo chinês e tem como características principais a planificação econômica, a racionalização da produção e a diversidade teórica de seu arcabouço técnico-científico. Para analisá-la, foram utilizadas as contribuições de célebres autores da teoria marxista acerca da superestrutura, de sua relação com a estrutura e de seu papel em um processo histórico revolucionário. A síntese dessas contribuições foi aplicada ao caso chinês, com foco no período posterior às reformas de Deng Xiaoping iniciadas em 1978, como forma de compreender as bases materiais que determinaram o desenvolvimento da nova economia do projetamento e o papel histórico desse novo conceito.

Palavras-chave: Nova economia do projetamento. China. Superestrutura.

ABSTRACT

This paper analyzes, from a materialist perspective, the new projectment economy. This represents the current step of Chinese socialism and is characterized primarily by economic planning, production rationalization, and the theoretical diversity of its technical-scientific framework. To analyze it, contributions from renowned authors of Marxist theory were mobilized regarding the superstructure, its relationship with the structure, and its position in a revolutionary historical process. The synthesis of these contributions was applied to the Chinese case, with a focus on the period following Deng Xiaoping's reforms, initiated in 1978, in order to understand the material foundations that determined the development of the new projectment economy and the historical position of this new concept.

Keywords: New projectment economy. China. Superstructure.

1. INTRODUÇÃO

A teoria marxiana se tornou, desde sua fundação, um importante paradigma para analisar processos históricos e, principalmente, movimentos revolucionários. A partir dela, Marx compreendeu que os processos históricos possuem caráter materialista, o que significa que a base material da vivência humana determina sua superestrutura. Por superestrutura, entende-se a totalidade de ideais, crenças, comportamentos, sistemas jurídicos e políticos, isto é, a soma dos elementos imateriais de uma sociedade.

O que Marx constatou, a partir dessa perspectiva, é que um processo revolucionário ocorre quando as contradições contidas na esfera material atingem um nível de intensidade suficiente para alterar a superestrutura instituída. Caberia então aos oprimidos superar as bases materiais de sua opressão e assim alterar a superestrutura controlada por seus opressores. As contribuições de Marx, assim como as de seus adeptos, fundamentaram parte significativa dos processos revolucionários observados no século XX.

Em 1949, uma revolução de caráter marxista fundou a República Popular da China. Desde então, avanços econômicos e sociais transformaram uma nação essencialmente agrícola (Nogueira, 2019) na superpotência industrial observada no século XXI. A expectativa de vida da população chinesa, que em 1950 era de apenas 43 anos, saltou para 77 anos em 2024, superando em 1 ano a expectativa de vida da população estadunidense (World Bank Group, 2024). O produto interno bruto per capita, por sua vez, saltou de US\$ 90 mensais em 1960 para US\$ 12.270 mensais em 2022 (World Bank Group, 2022).

Esses indicadores demonstram que a experiência socialista chinesa obteve êxitos significativos tanto no âmbito econômico quanto no âmbito social. Não se deve, porém, considerar que esse processo teve como único marco histórico a vitória do Partido Comunista Chinês liderado por Mao Zedong. Pelo contrário: ele foi marcado por uma série de aperfeiçoamentos técnicos e teóricos, cuja complexidade espelha a diversidade da própria sociedade chinesa. Merecem destaque, nesse sentido, as reformas instituídas por Deng Xiaoping a partir de 1978.

Tais reformas foram responsáveis por acelerar enormemente o processo de modernização chinês, instituindo inovações tecnológicas no campo e na indústria, dinamizando a economia e criando as bases institucionais para a China contemporânea. Destaca-se, nesse sentido, a criação de zonas econômicas especiais, que permitiram a entrada de indústrias multinacionais em território chinês, assim como a criação de mercados internos em determinados setores da economia, como o agropecuário.

Castells (2001) define esse processo como uma fusão entre o Estado comunista fundado em 1949 e um emergente modelo de Estado desenvolvimentista. Nesse modelo, o aparato estatal do Partido Comunista Chinês foi capaz de coordenar a abertura da economia do país, condicionando sua nova economia de mercado à planificação econômica. O trecho abaixo apresenta essa fusão de forma clara:

Por outro lado, ao se apresentar como um “modelo” de Estado desenvolvimentista, uma linha quase reta liga o materialismo histórico de Marx e Engels como ponto de partida e acrescido de todo [o] acervo teórico já existente elaborado ao longo do tempo pelo campo da heterodoxia econômica: desde os clássicos da economia política (Smith e Ricardo), passando pelo institucionalismo de Thorstein Veblen, [pel]os “pioneiros do desenvolvimento” (Albert Hirschman, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Alexander Gers-



Deng Xiaoping liderou as reformas econômicas na China a partir de 1978, um período conhecido como "Reforma e Abertura"

chenkron etc.) [e] pelas contribuições de dois economistas burgueses nada vulgares (Keynes e Schumpeter) (Jabbour; Dantas; Espíndola, 2020, p. 35).

A partir dessa análise, a principal característica das reformas de Deng Xiaoping pode ser localizada precisamente em sua diversidade conceitual. O marxismo guiou o processo revolucionário chinês, que agora faz uso de instrumentos teóricos diversos para avançar rumo ao desenvolvimento econômico e social. Como forma de compreender a natureza, a complexidade e a magnitude desse processo, Elias Jabbour classificou o modo de produção chinês como uma “nova economia do projetamento”. Em um de seus artigos, escrito em co-autoria com Alexis Toríbio Dantas e Carlos José Espíndola, esse novo conceito foi definido como “uma nova economia que o processo histórico está desenhando em meio a, e a partir de, novos paradigmas produtivos e tecnológicos e novas e superiores formas de planificação que estão sendo gestadas e executadas em larga escala na China” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 20).

A nova economia do projetamento (NEP) se apresenta, portanto, como uma nova etapa do socialismo chinês e das experiências socialistas de forma geral, possibilitada pelo avanço dos paradigmas produtivos e tecnológicos e pelo desenvolvimento dos modelos de planificação econômica. Não se pode, porém, considerar que esses novos paradigmas absorvidos pela NEP interromperam ou modificaram o processo revolucionário maoísta. Como afirmou o próprio Deng Xiaoping, um ano após o início de suas reformas:

Aproveitar os aspectos úteis dos países capitalistas, incluindo seus métodos de operação e gestão, não significa que adotaremos o capitalismo. Em vez disso, utilizamos esses métodos para desenvolver as forças produtivas sob o socialismo. Desde que aprender com o capitalismo seja considerado apenas um meio para um fim, isso não mudará a estrutura do socialismo nem fará com que a China retorne ao capitalismo (Deng, 2014, tradução nossa).

A nova economia do projeto (NEP) se apresenta, portanto, como uma nova etapa do socialismo chinês e das experiências socialistas de forma geral, possibilitada pelo avanço dos paradigmas produtivos e tecnológicos e pelo desenvolvimento dos modelos de planificação econômica

Ocorre que, por seu ineditismo e por sua diversidade teórica, as reformas abarcadas pela NEP são frequentemente consideradas um rompimento com a trajetória iniciada em 1949 e uma negação da teoria marxista. Os argumentos para tais considerações muitas vezes acabam por subestimar a complexidade da experiência socialista chinesa e da perspectiva marxiana e marxista acerca dos movimentos dialéticos que caracterizam as revoluções e outros processos históricos.

Dito isso, este artigo tem como objetivo discutir o conceito da NEP a partir da teoria marxista, com foco no conceito de superestrutura e em sua relação com os modos de produção. Pretende-se com isso demonstrar que as transformações iniciadas por Deng Xiaoping e ultimadas na NEP não representam um enfraquecimento do processo revolucionário de 1949, mas sim uma nova etapa dele.

Para tanto, é necessário em primeiro lugar analisar as contribuições de Marx, Engels, Lênin, Gramsci e Althusser acerca da superestrutura. Em seguida, esse arcabouço levantado será aplicado ao caso chinês. A NEP será então abordada enquanto reflexo e concretização da potencialidade histórica da experiência socialista chinesa.

Não se pretende aqui um estudo pormenorizado do atual estado da economia chinesa, mas sim um experimento teórico que visa testar a aderência da NEP, enquanto construto teórico, aos pressupostos do materialismo histórico-dialético.

2. O MARXISMO E A QUESTÃO DA SUPERESTRUTURA

O materialismo histórico-dialético é um elemento fundamental para a teoria marxiana e para a literatura marxista subsequente, e se baseia na divisão das sociedades humanas em dois níveis: a estrutura, ou base (*Basis*), composta pela materialidade da vida social, e a superestrutura (*Überbau*), composta pelos elementos imateriais da vida social.

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels expõem a maneira pela qual esses níveis se relacionam entre si ao criticar uma perspectiva idealista da história, na qual as ideias teriam autonomia ante o mundo material:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvol-

vimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real (Marx; Engels, 2007, p. 94).

É a infraestrutura de uma sociedade, portanto, que determina a sua superestrutura, pois as representações e as ideias humanas são produzidas por indivíduos, e estes, por sua vez, são condicionados pela materialidade de seu respectivo momento histórico. Dito de outra forma, todos os elementos imateriais da sociabilidade humana derivam de sua base material, sendo esse o fundamento do materialismo marxista.

O que deve ficar claro, nesta altura, é que tal base material responsável por determinar a superestrutura não se limita ao modo de produção vigente em determinada sociedade. São os “homens reais, ativos”, que constroem as representações e as ideias em uma sociedade, de forma que é a sua realidade e a sua atividade material que determinam, em última instância, a sua consciência. Essa amplitude do que Marx considera como a infraestrutura talvez fique mais clara em outro trecho de *A ideologia alemã*:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica etc. de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas ideias etc. (Engels; Marx, 2007, p. 93)

A superestrutura, portanto, é a “linguagem da vida real” dos homens, uma emanção de seu “comportamento material”, e não somente de seu modo de produção. É a complexidade da vida social, real, dos indivíduos que determina suas manifestações religiosas, jurídicas etc. Por esse motivo, cada sociedade se manifesta de uma maneira única, mesmo que seu modo de produção seja idêntico ao de suas vizinhas.

Os elementos da superestrutura de uma sociedade são determinados pelo cotidiano de seus cidadãos, que constroem suas representações e suas ideias a partir da maneira pela qual se relacionam entre si e com a natureza, com o mundo ao seu redor.

Infelizmente, Marx e Engels não se aprofundaram na discussão sobre a superestrutura, restringindo suas contribuições à formulação de um contraponto às perspectivas idealistas. Quem constatou essa ausência foi o próprio Engels, em uma de suas cartas a Franz Mehring:

Aliás, só falta ainda um ponto que, porém, também não foi suficientemente posto em relevo regularmente nas coisas de Marx e minhas e em relação ao que nós os dois temos igual culpa. Designadamente, nós os dois pusemos — e tínhamos de pôr —, primeiro, o peso principal na dedução [*Ableitung*] das representações ideológicas — políticas, jurídicas e outras — e das ações [*Handlungen*] mediadas por essas representações, [a partir] dos fatos econômicos fundamentais. Ao fazê-lo, negligenciamos o lado formal relativamente ao do conteúdo: a maneira como essas representações etc. acontecem (Engels, 1985a, p. 556).

As reformas abarcadas pela NEP são frequentemente consideradas um rompimento com a trajetória iniciada em 1949 e uma negação da teoria marxista. Os argumentos para tais considerações muitas vezes acabam por subestimar a complexidade da experiência socialista chinesa e da perspectiva marxiana

Essa “confissão” de Engels ocorreu uma década após o falecimento de Marx, o que denota que o autor renano nunca chegou, de fato, a desenvolver o tema da superestrutura em seu “lado formal”. Como o autor da carta afirma mais adiante no documento, seria necessário analisar também os movimentos que os elementos superestruturais desempenham após sua determinação originária:

Com isto se prende também a representação disparatada dos ideólogos de que, porque denegamos às diversas esferas ideológicas que desempenham um papel na história um desenvolvimento histórico autônomo, lhes denegamos também toda a eficácia histórica [*historische Wirksamkeit*]. Está aqui subjacente a representação não dialética ordinária de causa e efeito como polos rigidamente contrapostos um ao outro, o absoluto esquecimento da ação recíproca. Os senhores esquecem, frequentemente, quase de propósito, que um momento histórico, logo uma vez posto no mundo por outras causas, finalmente econômicas, reage também sobre aquilo que o rodeia [*Umgebung*] e pode mesmo retroagir sobre as suas causas (Engels, 1985a, p. 557).

Se Marx e Engels não realizaram esse esforço de análise, parte da tradição marxista tampouco se dedicou a fazê-lo: apesar da importância das “representações” para a história, a maneira como elas “acontecem” e seu “papel na história” foram muitas vezes negligenciados. A crítica a essa distorção teórica pode ser encontrada, novamente, em Engels, agora numa carta a Joseph Bloch:

A situação econômica é a base, mas os vários elementos da superestrutura — formas políticas da luta de classe e seus resultados, ou seja, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa depois de uma batalha bem-sucedida etc., formas jurídicas, e até mesmo os reflexos de todas essas lutas práticas nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, opiniões religiosas e seu desenvolvimento em sistemas de dogma — também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, são preponderantes na determinação de sua forma (Engels, 1985b, p. 547).

Raymond Williams, em seu importante estudo sobre o tema, credita essa negligência à maneira pela qual as categorias estrutura e superestrutura foram absorvidas pela



O filósofo franco-argelino Louis Althusser (1918-1990)

tradição marxista. O autor entende que elas foram originalmente utilizadas com propósito ilustrativo, para representar em duas dimensões o predomínio das condições materiais sobre as representações e as ideias humanas. Posteriormente, porém, foram entendidas enquanto conceitos precisos e descritivos:

Na transição de Marx para o marxismo, e em seguida no desenvolvimento de formulações expositivas e didáticas, as palavras usadas na argumentação original foram projetadas, primeiro, como se fossem conceitos precisos, e, segundo, como se fossem termos descritivos para “áreas” observáveis da vida social (Williams, 1979, p. 78).

Felizmente, alguns dos mais célebres autores do pensamento marxista dedicaram sua atenção para compreender a relação entre estrutura e superestrutura. As contribuições desses autores se complementam para formar uma perspectiva ampla sobre o papel da superestrutura na história, e por isso serão brevemente apresentadas.

A primeira dessas contribuições advém de Vladímir Ilitch Uliianov, ou Lênin. Por sua posição de liderança do movimento que culminaria na Revolução Russa, Lênin foi capaz de observar os fenômenos dessa experiência concreta. Apesar de não se aprofundar no tema da superestrutura, o autor forneceu importantes considerações sobre ele a partir dos problemas práticos que sua realidade lhe impunha, como ocorreu em sua análise sobre o escritor Fiódor Pávlovitch Elénev, conhecido como Skáldine:

Um populista olharia Skáldine provavelmente com altivez e diria simplesmente: ele é um burguês. Sim, efetivamente Skáldine é um burguês, mas é um representante de uma ideologia burguesa progressista, ao passo que o populista representa uma ideologia pequeno-burguesa e, numa série de pontos, reacionária (Lênin, 1977a, p. 8).

Essa consideração de Lênin revela traços interessantes sobre sua perspectiva acerca da ideologia, e da superestrutura de modo geral. Em primeiro lugar, observa-se que em sua

visão as ideologias derivam fundamentalmente da classe social que as criou, o que fica claro quando Skáldine é apresentado como representante de uma “ideologia burguesa”. O mais interessante, porém, é que Lênin não a descarta por seu caráter burguês, pois a considera uma “ideologia burguesa progressista”.

Nota-se então que, na perspectiva fortemente pragmática de Lênin, uma ideologia não deve ser descartada apenas por ter sido criada por uma classe exploradora. O autor inclusive considera a perspectiva de Skáldine, um representante da ideologia burguesa, como útil para representar a classe camponesa: “Quanto aos interesses práticos e reais dos camponeses, que coincidiam e coincidem com as exigências do desenvolvimento social no seu conjunto, este ‘burguês’ sabia defendê-los ainda melhor que um populista!” (Lênin, 1977a, p. 8)

O pragmatismo de Lênin com relação à ideologia demonstra a importância desta para um processo revolucionário. Não é cogitado, em sua obra, descartar a superestrutura capitalista em sua totalidade, pois determinados elementos dela podem e devem contribuir para o movimento revolucionário. O autor deixa isso claro quando afirma que

um movimento incipiente num país jovem só se pode desenvolver com êxito desde que aplique a experiência de outros países. E para isso não basta simplesmente conhecer essa experiência ou copiar simplesmente as últimas resoluções: para isso, é preciso saber assumir uma atitude crítica perante essa experiência e comprová-la por si próprio. Quem imaginar o gigantesco crescimento e ramificação do movimento operário contemporâneo compreenderá que reserva de forças teóricas e de experiência política (assim como revolucionária) é necessária para o cumprimento desta tarefa (Lênin, 1977b, p. 96).

Há em Lênin a necessidade de o movimento socialista se apoderar de todos os campos do conhecimento produzidos pelos modos de produção pretéritos. Essa necessidade só pode ser totalmente saciada quando as forças produtivas desse movimento estiverem devidamente libertas da exploração:

Sem dúvida, há ainda a experiência coletiva, muito mais vasta, da humanidade, inscrita na história da democracia internacional e da social-democracia internacional e fixada pelos representantes avançados do pensamento revolucionário. É a essa experiência que o nosso partido vai buscar os elementos da sua propaganda e da sua agitação diárias. Mas, enquanto a sociedade estiver edificada sobre a opressão e a exploração dos milhões de trabalhadores, são raros os que [poderão se] aproveitar diretamente das lições dessa experiência (Lênin, 2007, p. 146).

A aptidão de uma sociedade socialista para absorver a experiência coletiva advém, assim, da maturidade do processo revolucionário. Libertos das relações de exploração, os trabalhadores tornam-se capazes de absorver os elementos progressistas da ideologia advinda de outros modos de produção, aperfeiçoando assim sua própria superestrutura.

Uma possível síntese para esse processo pode ser encontrada em Jean Fréville, escritor e membro do Partido Comunista Francês, que parece convergir para a perspectiva de Lênin:

A revolução proletária que liquida com os privilégios de classe e os particularismos nacionais, permite — como acentuou Stálin — o desenvolvimento de uma cultura nacional na forma e socialista pelo conteúdo. Ela dá livre curso à atividade das massas, estimula o esforço coletivo e a solidariedade internacional, anuncia a verdadeira demo-

cracia, a cultura proletária é uma cultura de combate. Põe fim ao desperdício econômico e à anarquia da produção, abre possibilidades imensas de trabalho, apela para a energia criadora das massas. Apoia-se na técnica a mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo, na ciência desprezada e amordaçada pela burguesia, tornando essa ciência sua melhor aliada (Fréville, 1945, p. 34).

Nota-se novamente uma relação entre o desenvolvimento das forças produtivas no socialismo e a apropriação que este promove de elementos superestruturais externos. A liquidação dos privilégios de classe e a criação da “verdadeira democracia”, aberta à participação ativa dos trabalhadores, incentiva a “energia criadora” das massas, que passam então a se apropriar da mais avançada ciência burguesa, a libertá-la das limitações do capitalismo e, assim, a torná-la socialmente útil.

Por seu papel como líder revolucionário, Lênin nunca chegou a elaborar uma teoria completa sobre a superestrutura, e sua contribuição ao tema se encontra principalmente em análises pontuais sobre os acontecimentos de seu momento histórico. Nesse sentido, a contribuição de Gramsci funciona como excelente complemento à obra leninista.

Antonio Gramsci talvez tenha sido o autor marxista que mais se preocupou com a questão da superestrutura. Sua contribuição mais famosa nesse sentido é, definitivamente, destacar a importância do âmbito ideológico na luta de classes, identificando nos intelectuais o importante papel de sobrepor à ideologia da classe dominante a ideologia da classe revolucionária.

A perspectiva gramsciana é, porém, muito mais ampla do que uma mera dicotomia entre ideologias revolucionárias e opressoras. O autor considerou que as ideologias podem ser divididas em dois grupos:

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, “desejadas”. Na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Na medida em que são “arbitrárias”, elas não criam senão movimentos individuais, polêmicas etc. (Gramsci, 1978, p. 63)

As ideologias orgânicas seriam, assim, aquelas derivadas da vivência coletiva de uma sociedade, e que perduram historicamente por seu papel social de organizar as massas e os movimentos dos homens. Logo, nessa classificação é possível observar a importância que Gramsci confere à superestrutura: ela não é apenas uma ilusão, uma abstração da materialidade, mas é o “terreno” em que a humanidade atua — motivada, obviamente, por suas condições e contradições materiais.

O autor não se limita a essa observação primária: pelo contrário, analisa a maneira pela qual essas ideologias orgânicas são criadas no interior de uma determinada disposição de classes:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empre-



A cidade costeira de Shenzhen é um exemplo de zonas econômicas especiais (ZEEs), que permitiram a entrada de multinacionais em território chinês

sário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual) (Gramsci, 1982, p. 3-4).

O autor entende, portanto, que cada campo do conhecimento é construído de acordo com as necessidades do grupo social que o concebeu. Essa conclusão por si só já se apresenta como um avanço em relação à teoria marxiana, pormenorizando o movimento de determinação da superestrutura a partir da vivência social dos indivíduos. Ela se torna, porém, ainda mais importante quando lida em conjunto com outro trecho de Gramsci: “Também os senhores feudais eram detentores de uma particular capacidade técnica, a capacidade militar, e é precisamente a partir do momento em que a aristocracia perde o monopólio da capacidade técnico-militar que se inicia a crise do feudalismo.” (Gramsci, 1982, p. 4)

Quando lidos em conjunto, esses trechos revelam um movimento curioso. Um determinado conhecimento técnico (elemento superestrutural) foi gestado pela classe dos senhores feudais para organizar e manter a sociedade medieval. Quando, porém, o monopólio desta classe sobre aquela superestrutura foi perdido, iniciou-se um processo revolucionário que culminou na ascensão da burguesia como nova classe dominante e na instituição de um novo modo de produção.

Observa-se, portanto, que determinado elemento da superestrutura não foi abandonado com a superação das bases materiais que o construíram. Na realidade, sua apropriação foi um fator importante para o próprio processo revolucionário.

Lênin compreendeu corretamente a necessidade dos movimentos socialistas de se apropriarem do conhecimento mais avançado produzido pela humanidade. Gramsci, por sua vez, demonstrou que essa necessidade se dá pelo papel da superestrutura em organizar

Lênin compreendeu corretamente a necessidade dos movimentos socialistas de se apropriarem do conhecimento mais avançado produzido pela humanidade. Gramsci, por sua vez, demonstrou que essa necessidade se dá pelo papel da superestrutura em organizar a sociedade

a sociedade. Dessa importância resulta que as ideologias orgânicas, criadas para suprir as necessidades humanas, tendem a perdurar na história, de forma que o controle sobre elas é um importante elemento da luta de classes.

Coube então a Louis Althusser, importante marxista do círculo francês, uma terceira contribuição importante para a compreensão da superestrutura. Para o autor, o Estado, enquanto elemento principal da superestrutura, tem como função garantir a reprodução material de sua sociedade e é composto por dois conjuntos de elementos: os aparelhos repressivos de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado. Enquanto o primeiro desses grupos abarca as instituições públicas que utilizam majoritariamente a violência para garantir essa reprodução, como a polícia e o Exército, o segundo abarca “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Althusser, 1983, p. 68), cuja ferramenta de dominação tende mais à ideologia do que à violência. Como exemplos das instituições pertencentes aos aparelhos ideológicos de Estado, podem-se citar tanto as escolas quanto as igrejas.

É por meio de um aparelho ideológico de Estado que uma ideologia existe, pois é ele que regulamenta e uniformiza as crenças e as ideias individuais. É, portanto, a partir do aparelho ideológico de Estado que uma ideologia é efetivamente praticada:

O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais [importante], participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito (Althusser, 1983, p. 90).

A realização efetiva de uma ideologia é condicionada à prática dos sujeitos e mediada por um aparelho ideológico de Estado. Como exemplo mais direto, pode-se mencionar a instituição da igreja como mediadora entre a religião e o indivíduo religioso, que pratica

sua crença, tornando-a real, por meio de sua liturgia. É a partir dessa esquematização que Althusser fornece sua contribuição mais disruptiva para o estudo da superestrutura:

Diremos, portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo), que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito (Althusser, 1983, p. 91).

A superestrutura só existe, então, quando praticada pelos sujeitos, e quando isso ocorre ela necessariamente adquire uma existência material indissociável do restante da vida material, ativa, de uma sociedade. Resulta disso, portanto, que a manutenção de uma superestrutura depende de um processo contínuo de aceitação e reforço por parte de seus adeptos.

É possível, agora, traçar um panorama satisfatório sobre a superestrutura. Trata-se da imaterialidade que emana da vida material dos homens e que se materializa em sua práxis cotidiana; de um conjunto de elementos subjetivos que, mediados pela institucionalidade historicamente posta, objetivam-se na reprodução social de seu respectivo modo de produção. Durante uma revolução, porém, transformam-se: de um monopólio da classe dominante, tornam-se o mais importante espólio da classe oprimida e, representando a experiência social acumulada, alicerçam na empiria das massas a potencialidade do vanguardismo revolucionário.

3. A ECONOMIA DO PROJETAMENTO E A NOVA ECONOMIA DO PROJETAMENTO

A partir do panorama construído sobre a superestrutura e seu papel em um processo revolucionário, agora é possível analisar corretamente o fenômeno da NEP, o que demanda um esforço inicial de compreensão sobre o conceito original de economia do projetamento.

O termo *projetamento* foi cunhado por Ignácio Rangel, célebre intérprete do Brasil, a partir de suas ideias sobre uma convergência de fenômenos históricos a ele contemporâneos: a planificação econômica executada pela experiência soviética, o surgimento e a aplicação do keynesianismo e o desenvolvimento da economia monetária. Para Rangel, esses acontecimentos denunciavam o surgimento de uma nova fase de intervenção consciente do homem em sua própria realidade, derivada do avanço da técnica observado tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas: “O homem, nos dois casos, intervindo conscientemente na história, procura obter pelo planejamento o que antes se fazia por si, pois a sociedade que não garantir essas condições entra e crise e perece.” (Rangel, 2005, p. 291)

Nessa etapa “amadurecida” da economia, portanto, a razão autoconsciente passa a guiar a produção, o que levou Jabbour *et al.* (2020, p. 36) a definirem o projetamento como “um modo de produção caracterizado — no fundamental — pela racionalização máxima do processo de produção cujo ‘projeto’ serviria como um ente mediador entre a sociedade e o planejamento central”.

A economia do projetamento é, portanto, a emergência de um novo modo de produção, no qual a razão incide na materialidade da esfera produtiva de maneira absoluta e constante.

Tal racionalidade, como visto, não é instituída unicamente pela ação de um ente planejador central, pois ceder o controle da produção a uma liderança apartada da realidade da esfera produtiva geraria invariavelmente uma coordenação alienada e ineficiente. O projeto

É possível observar a importância que Gramsci confere à superestrutura: ela não é apenas uma ilusão, uma abstração da materialidade, mas é o “terreno” em que a humanidade atua — motivada, obviamente, por suas condições e contradições materiais

assume, então, o papel de conectar o planejamento central à sociedade e à concretude de sua reprodução social, o que por sua vez torna possível a “racionalização máxima do processo de produção”. A figura do projetista surge, então, como encarnação desse processo de racionalização: “O projetista, ao decidir entre duas técnicas, deve sentir-se agente da sociedade, o que exige que nada aceite sem exame. Sua ação deve ser orientada por um plano-mestre geral.” (Rangel, 2005, p. 405)

A produção racionalizada passa então a produzir valores de uso enquanto valores de uso, isto é, a produzir de acordo com as necessidades da sociedade, de forma que o próprio cálculo econômico é transformado: “O modo de produção [a] que ele propõe existência palpável é algo guiado de forma consciente e racional; é voltado à construção de valores de uso. A utilidade é a nova base para o cálculo econômico.” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 27)

O projetamento seria, portanto, um novo modo de produção, racionalizado e voltado para a produção de utilidade. Esta, por sua vez, é entendida por Rangel como a propriedade que uma coisa manifesta ao satisfazer uma necessidade humana (Rangel, 2005, p. 367).

Rangel via na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas a maior manifestação do projetamento. O fim dessa experiência socialista não significou, porém, a obsolescência do conceito. Elias Jabbour identificou na experiência socialista chinesa uma nova versão da economia do projetamento:

Como extensão renovada da economia do projetamento elaborada por Ignácio Rangel, é antítese ao neoliberalismo e alternativa ante a financeirização e suas formas de dominação sobre povos e países. Sua cristalização é fruto do processo histórico iniciado com as reformas econômicas (1978), onde [*sic*] desde então o país se transformou em um verdadeiro campo de experimentações (Jabbour *et al.*, 2020, p. 33).

A NEP então se configura como uma atualização da economia do projeto à luz do processo histórico chinês e do contexto global contemporâneo. Mantém-se, do constructo teórico de Rangel, sua essência, isto é,

a possibilidade de uma economia superar a produção de valores (de troca e de uso) regulado pelo mercado por outra, onde [sic] a utilidade, precedida pela produção, racional e consciente, em massa de valores de uso, passa a ser a reguladora do sistema. A China é a sociedade no mundo de hoje onde esta transição ocorre (Jabbour *et al.*, 2020, p. 30).

Essa continuidade entre a economia do projeto e a NEP também se manifesta na relação entre a técnica e a atividade econômica, de forma que se mantém “uma lógica fundamental do processo de desenvolvimento: com a técnica elevando a patamares superiores a divisão social do trabalho, mudando — assim — a face do sistema” (Jabbour *et al.*, 2020, p. 30).

4. NEP: A PARTICULARIDADE E A POTENCIALIDADE DA HISTÓRIA DO POVO CHINÊS

Do exposto até o momento, tem-se que:

- 1) a superestrutura deve ser entendida como um conjunto de elementos imateriais que derivam da vida social, que se sustentam ao longo da história pela adesão e pela prática material dos indivíduos e que podem ser apropriados no processo da luta de classes;
- 2) a NEP apresenta-se como um modo de produção plenamente racionalizado, conectado à sociedade e constantemente alterado pelo avanço da técnica.

A união dessas duas conclusões aponta para uma única direção: a NEP, enquanto modo de produção no qual a totalidade da sociedade coordena a produção a partir da mediação do projeto e do projetista, foi capaz de se apropriar plenamente da superestrutura coletiva, da experiência social da humanidade. Dito de outra forma, o desenvolvimento das forças produtivas do socialismo chinês permitiu a esse sistema incorporar as mais avançadas técnicas produtivas concebidas pelo homem, selecionando-as pelo Estado enquanto planejador central e adaptando-as à realidade chinesa a partir de uma gestão autoconsciente das massas sobre sua própria reprodução social.

Em qualquer outra conformação social, um planejamento central seria ineficaz: suas diretrizes comporiam uma superestrutura descolada da vivência dos cidadãos e imposta a eles, um mero reflexo da alienação sofrida pelo trabalhador na esfera produtiva. Suas etapas planejadas, por sua vez, não seriam integralmente atingidas pois não encontrariam aceitação popular na reprodução social nem sustentação histórica na prática material dos indivíduos. Retomando a contribuição de Fréville, o socialismo, por outro lado,

[p]õe fim ao desperdício econômico e à anarquia da produção, abre possibilidades imensas de trabalho, apela para a energia criadora das massas. Apoiar-se na técnica a mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo, na ciência desprezada e amordaçada pela burguesia, tornando essa ciência sua melhor aliada (Fréville, 1945, p. 34).

A NEP nada mais é, portanto, do que o estágio em que o socialismo alcança seu máximo potencial. A racionalização da produção encerra o “desperdício econômico”, ao passo



Igrejas, meios de comunicação e escolas: aparelhos ideológicos do Estado; Exército e polícia: aparelhos repressivos do Estado

que o planejamento central supera a “anarquia da produção”, uma vez que agora são produzidos valores de uso com a finalidade de saciar as necessidades humanas. A técnica “mais aperfeiçoada que lhe legou o capitalismo” é absorvida e aplicada pela mediação do projetista e a partir dos desígnios das massas, cuja “energia criadora” a adapta, aperfeiçoando-a e destruindo o desprezo e a mordaza com os quais a burguesia trata a ciência.

Não se pode, porém, considerar que tal conquista deriva unicamente de um desenvolvimento “natural” do socialismo marxista. Sendo este próprio uma teoria, uma abstração pertencente à superestrutura, só pôde efetivar-se e desenvolver-se na China pois encontrou sustentação na vida ativa dos homens chineses, em sua prática material. Quem reconhece isso é o próprio Mao Zedong:

A razão pela qual o marxismo-leninismo desempenhou um papel tão importante na China desde sua introdução é que as condições sociais da China o exigiam, que ele foi vinculado à prática real da revolução do povo chinês e que o povo chinês o compreendeu. Qualquer ideologia — mesmo a melhor, até mesmo o próprio marxismo-leninismo — é ineficaz se não estiver ligada às realidades objetivas, se não atender às necessidades objetivamente existentes e se não for assimilada pelas massas populares (Mao, 2013, p. 335, tradução nossa).

A NEP se apresenta, portanto, como o novo estágio do desenvolvimento das forças produtivas chinesas. Nela, a tomada de poder pela classe trabalhadora manifesta-se na superestrutura pelas figuras do planejador central e do projetista e pela absorção da técnica legada pelo capitalismo, mas também na própria relação entre estrutura e superestrutura, ao tornar possível um modo de produção dinâmico, racionalizado e permeável ao aprimoramento constante.

Como demonstrou Gramsci, a superestrutura que garante a hegemonia de uma classe pode ser conquistada por uma classe insurgente durante um processo revolucionário. Na NEP, a superestrutura é conquistada pela totalidade da sociedade, de forma que esta última pode usufruir plenamente do patrimônio imaterial da humanidade. Vigotski, célebre pensador soviético, parece intuir esse processo ao discorrer sobre a ciência em uma dinâmica socialista:

Ser donos da verdade sobre a pessoa e da própria pessoa é impossível enquanto a humanidade não for dona da verdade sobre a sociedade e da própria sociedade. Pelo contrário, na nova sociedade [a sociedade socialista], nossa ciência se encontrará no centro da vida. “O salto do reino da necessidade ao reino da liberdade” formulará inevitavelmente a questão do domínio de nosso próprio ser, de subordiná-lo a nós mesmos (Vigotski, 1991, p. 406).

Compreende-se assim que o domínio da classe trabalhadora sobre a produção é condição *sine qua non* para a NEP, uma vez que somente por meio dele é possível conceber tal relação entre a ciência e a produção. Numa sociedade em que a massa participa da decisão sobre a técnica, torna-se possível planejar a produção por meio de uma ligação direta com a vida social dos cidadãos.

Essa participação dos trabalhadores inaugura, então, uma nova dinâmica de reprodução social, em que eles passam a atuar na produção (e na história) enquanto indivíduos singulares, dotados de autonomia e libertos das limitações impostas por uma divisão de classes:

[A] relação coletiva em que entraram os indivíduos de uma classe e que era condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro foi sempre uma coletividade à qual os indivíduos pertenciam apenas como indivíduos médios, somente enquanto viviam nas condições de existência de sua classe; uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe. Ao contrário, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, dá-se exatamente o inverso: nela os indivíduos participam como indivíduos (Marx; Engels, 2007, p. 66).

O fenômeno antecipado por Marx é precisamente a base material do que Jabbour *et al.* (2020, p. 27) definem como uma produção racional e consciente de valores de uso: é a gerência dos trabalhadores sobre sua própria reprodução material. A produção dos valores de uso que, por sua utilidade, atenderão às necessidades da coletividade substitui assim a hegemonia do mercado observada no capitalismo.

É esse mercado, o mesmo que coordena as relações sociais no capitalismo, que foi absorvido pela NEP e transformado em um instrumento do planejamento econômico racional. Nas palavras de Deng Xiaoping:

A superioridade do socialismo deve ser demonstrada com um maior desenvolvimento das forças produtivas, por isso devemos continuar fazendo uso de alguns métodos capitalistas úteis. Está claro agora que o caminho certo é se abrir para o mundo, combinar uma economia planificada com uma economia de mercado e introduzir reformas estruturais (Deng, 1994, tradução nossa).

Essa estratégia está plenamente alinhada à NEP: ela assume a utilização de “métodos capitalistas” para desenvolver as forças produtivas chinesas, sem com isso abandonar o socialismo e a planificação econômica. O mercado torna-se, portanto, um instrumento para o desenvolvimento da sociedade, enquanto no capitalismo essa relação é precisamente a inversa: é a sociedade que serve de instrumento para o desenvolvimento do mercado.

Poder-se-ia argumentar que tal perspectiva acerca do mercado advém unicamente das necessidades imediatas da economia chinesa, incluída em um mundo dominado pelo modo de produção capitalista. Porém, o próprio Marx antecipou-a já na década de 1840, o que atesta sua legitimidade enquanto desenvolvimento lógico do socialismo:

Ou como se explica que o comércio, que não é mais do que a troca de produtos de indivíduos e países diferentes, domine o mundo inteiro por meio da relação de oferta e procura — uma relação que, como diz um economista inglês, paira sobre a terra igual ao destino dos antigos e distribui com mão invisível a felicidade e a desgraça entre os homens, funda e destrói impérios, faz povos nascerem e desaparecerem —, enquanto com a superação da base, da propriedade privada, com a regulação comunista da produção e, ligada a ela, a supressão da relação alienada dos homens com seus próprios produtos, o poder da relação de oferta e procura reduz-se a nada e os homens retomam seu poder sobre a troca, a produção e o modo de seu relacionamento recíproco? (Marx; Engels, 2007, p. 39).

A superação da base material que mantém a hegemonia do mercado sobre a sociedade, isto é, o próprio modo de produção capitalista, permite assim que ele possa ser apropriado enquanto instrumento sob a “regulação comunista da produção”. A utilização do mercado pela NEP é, novamente, demonstrativo do desenvolvimento das forças produtivas chinesas, e não o contrário.

Em suma, a diversidade instrumental da NEP aparece ao materialismo histórico-dialético fundado por Marx e Engels como uma manifestação do desenvolvimento das forças produtivas chinesas. A participação da classe trabalhadora no planejamento econômico, mediada pelo projeto, possibilita a elaboração de uma superestrutura racionalizada e popular, dotada de uma relação dinâmica com a estrutura que permite a ambas, estrutura e superestrutura, o aperfeiçoamento constante.

5. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antecipado na introdução, o objetivo deste artigo não foi discutir o estágio atual da economia chinesa em seus pormenores. Tratou-se de uma análise teórica, elaborada a partir das contribuições de célebres autores do marxismo e da NEP.

O diálogo entre essas duas correntes não é, de nenhuma maneira, inédito. Ignácio Rangel foi muito influenciado pelo marxismo, e o mesmo pode ser dito dos seguidores de sua vertente intelectual. Ocorre que, em todas as obras encontradas na revisão sistemática de literatura que precedeu este trabalho, a NEP foi analisada por meio do conceito de formação econômico-social.

Apesar de se tratar de um importante instrumento para a análise marxista, ele não é a única maneira de compreender a NEP de forma materialista. Como se pretendeu demonstrar, uma análise da categoria de superestrutura aponta para o mesmo sentido: a emergência

de um socialismo desenvolvido o suficiente para utilizar, na plenitude de seu potencial histórico, os instrumentos técnicos da superestrutura legada pelo capitalismo e por qualquer outro modo de produção realizado pela humanidade.

A aplicação de uma nova abordagem marxista para a análise da NEP é uma importante contribuição para o fortalecimento desse conceito, cuja relevância para a compreensão do processo histórico chinês torna necessárias novas agendas de pesquisa para sua investigação. Nestas, a multidisciplinaridade analítica e a atenção aos determinantes materiais da realidade histórica são fortemente recomendadas.

* Bacharel em Ciências Econômicas e doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp; Unicamp). Pesquisador em nível de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

► Texto recebido em 31 de outubro de 2024; aprovado em 27 de novembro de 2024.

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **The information age: economy, society and culture**. 2. ed. New York: Wiley-Blackwell, 2001. v. 3: End of Millenium.
- DENG, Xiaoping. There is no fundamental contradiction between socialism and a market economy. *In: _____*. **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 1994. v. 3, p. 99-101.
- _____. We can develop a market economy under socialism. **Selected works of Deng Xiaoping**. Beijing: Foreign Languages Press, 2014. v. 2, p. 169-173.
- ENGELS, Friederich. Carta a Franz Mehring. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985a. v. 3, p. 556.
- _____. Carta a Joseph Bloch. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1985b. v. 3, p. 547-549.
- FRÉVILLE, Jean. **Trechos escolhidos de Marx, Engels, Lênin e Stálin sobre literatura e arte**. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1945. (Coleção de Estudos Sociais).
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; ESPÍNDOLA, Carlos J. Considerações iniciais sobre a nova economia do projetamento. **Geosul**, v. 35, n. 75, p. 73-42, 2020.
- JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis; VADELL, Javier. Da nova economia do projetamento à globalização insti-tuída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2021.
- JABBOUR, Elias et al. A (nova) economia do projetamento: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020.
- LÊNIN, Vladímir I. A que herança renunciamos?. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1977a. v. 2, p. 505-550.
- _____. A revolução educa: 26 (13) de julho de 1905. *In: _____*. **Marxists Internet Archive**, maio 2007. Tradução José André Lôpez Gonçalves. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1905/07/26.htm>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- _____. O que fazer: problemas candentes do nosso movimento. *In: _____*. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1977b. v. 1, p. 79-214.
- MAO, Zedong. The bankruptcy of the idealist conception of history. *In: _____*. **Selected works of Mao Tse-Tung**. Oxford: Pergamon, 2013. v. 4, p. 447-450.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, distribuição e estratégia sob Mao: legados do maocismo para o desenvolvimento da China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 27-51, 2019.
- RANGEL, Ignácio. **Elementos de economia do projetamento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- VIGOTSKI, Lev. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WORLD BANK GROUP. **Data: life expectancy at birth**. Washington, D.C.: World Bank Publications, 2024. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN>>. Acesso em: 20 out. 2024.
- _____. **Four decades of poverty reduction in China: drivers, insights for the world, and the way ahead**. 1. ed. Washington, D.C.: World Bank Publications, 2022.